

RELATÓRIO DE ANÁLISE AO RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90016/2025

Processo nº 4079/2025 de 03 de setembro de 2025

Origem: Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Semaf

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0024

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Contratação de serviços de hospedagem, no perímetro urbano do município de Itarana/ES.

Trata-se da manifestação ao recurso administrativo interposto, pela empresa **J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.421.421/0001-38, ora denominado **recorrente**, em face do resultado do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, conforme registro do ato de julgamento de Declaração de Fracasso, por meio eletrônico, no chat do ComprasGov, em 07 de outubro de 2025.

I – DO REGISTRO DA MANIFESTAÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO

Inicialmente, cabe ressaltar que no item 11.3 do Edital, o recurso administrativo deve ser registrado de forma imediata, durante o prazo de 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, sob pena de preclusão.

Nesse certame, o prazo fixado para manifestar a intenção de recurso foi de 10 (dez) minutos, concedido na sessão do dia 07/10/2025.

A manifestação em recorrer foi registrada pela Recorrente na própria sessão pública do Pregão em referência e registradas no Sistema Comprasnet, sendo-lhe concedido o prazo de três dias para apresentação da fundamentação das suas alegações.

II – DO RECURSO



A Lei nº 14.133/2021 estabelece, nos incisos I e II do art. 165, a unicidade quanto ao momento de efetivação da interposição do recurso (com a apresentação das razões recursais) e quanto à apreciação do pleito recursal:

"Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

*I - **recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis**, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:

*I - **a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão**, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;*

*II - **a apreciação dar-se-á em fase única.***

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos."



Também, contido no Edital do Pregão Eletrônico em referência, em seu item XI, após manifestação de intenção de recurso, o prazo para apresentação das razões do recurso seria de 03 (três) dias e, contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos para a manifestação da intenção de recorrer da fase de FRACASSO, foi registrado intenção de recurso por duas empresas e assim definidos os seguintes prazos:

O prazo para a apresentação de recursos até o dia 10 de outubro de 2025, e o de contrarrazões em 15 de outubro de 2025. A decisão deverá ser proferida até 03 de novembro de 2025.

Encerradas as fases de recurso e contrarrazão, apenas foi apresentado recurso administrativo pela recorrente.

Assim sendo, a interposição do presente recurso foi tempestiva, não havendo contrarrazões, esse Pregoeiro procede seu recebimento e passa a análise do mérito.

III – DAS RAZÕES DO RECURSO e CONTRARRAZÕES

Em suma, a recorrente solicita a reconsideração da decisão que a inabilitou por não ser permitido no Edital a subcontratação do objeto da contratação, qual é hospedagem diretamente com a contratada, estabelecida no município, conforme item 4.3 e 5 do Termo de Referência, e não terceirizada em agendamento.

Diante do exposto, passamos aos entendimentos.

IV - DA ANÁLISE DO RECURSO

Inicialmente, este Pregoeiro assegura o cumprimento aos princípios que regem a Administração, descritos no artigo 37 da Constituição Federal e no artigo 5º, caput da Lei nº 14.133/2021, como segue:



“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

Neste sentido, cabe ainda observar que Procuradoria, órgão de assessoramento jurídico desse município, realizou o controle prévio de legalidade da fase preparatória do processo licitatório, mediante análise jurídica da contratação, dos documentos de planejamento, minuta de Edital e contrato, conforme preceitua o art. 53 da Lei 14.133/2021, tendo respaldo quanto aos requisitos de legalidade das disposições ali contidas.

Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação, pedido de provimento ao recurso e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados ao processo de licitação já identificado, pelo que se passa à análise de suas alegações.

Quanto as alegações trazidas à baila, relativo a decisão que inabilitou a recorrente por não ser permitido no Edital a subcontratação do objeto da contratação, qual é hospedagem diretamente com a contratada, estabelecida no município, conforme item 4.3 e 5 do Termo de Referência, e não terceirizada em agendamento, o edital foi analisado ponto a ponto por esse pregoeiro e, para fins de decisão, foi solicitado apoio técnico da **Comissão Permanente de Contratações (CPC)**, unidade administrativa responsável pela elaboração dos documentos iniciais de planejamento (ETP, TR, Edital e anexos), para manifestação quanto a leitura sistemática dos dispositivos



constantes do **Termo de Referência – Anexo I do Edital**, notadamente dos itens **1.1.1, 1.4.1, 2.1, 2.3, 4.3.1, 4.6.1, 5.1.1.3, 5.1.3, 5.1.3.1, 5.3.1 e 5.5.2**, quanto ao objeto e os parâmetros de execução contratual, vejamos:

Pág. 1917

004079/2025



DESPACHO

DE: Setor de Licitações – Agente de Contratação e Pregoeiro.

PARA: Comissão Permanente de Contratações - CPC

Assunto: Edital e anexos PE 90016/2025

I - BREVE RELATO

Aberta a sessão e findada a fase de lances do Pregão Eletrônico 90016/2025, foram consagradas classificadas em primeiro lugar as seguintes empresas: HOTEL ALINE LTDA EPP nos itens 01 e 02 e J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA, no item 03. Solicitadas as propostas, ambas apresentam, tempestivamente, readequando aos valores finais dos lances e foram declaradas classificadas.

Na sequência, procedeu-se à **fase de habilitação**, cujo resultado culminou na **inabilitação de ambas as concorrentes**, pelos motivos a seguir descritos:

- **HOTEL ALINE LTDA EPP** - 24.746.643/0001-47, ausente o exigido no item 8.3.1.4. do Termo de Referência e 9.11.1 do Edital (**atestado técnico**); e
- Quanto aos documentos da empresa **J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA** - 13.421.421/0001-38, não há óbice, porém, conforme Edital, item 4.6.1 do Termo de Referência, **não sendo admitida a subcontratação do objeto da contratação**.

Inconformada com a decisão que a inabilitou, a empresa **J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA** - 13.421.421/0001-38, **apresentou recurso administrativo**.

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:bf06ade4-299b-4630-bd45-174e3f69775e>
Documentos Nº 020973/2025



Pág. 1918
004079/2025



II – FUNDAMENTAÇÃO E CONTEXTO

Nos termos do Item 8.8 do Edital do Pregão Eletrônico 90016/2025, solicito apoio técnico para tomada de decisão, referente a Recurso Administrativo impetrado pela empresa J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.421.421/0001-38, contra a decisão de inabilitação proferida por este pregoeiro que subscreve.

A decisão tomada por esse pregoeiro pela inabilitação da J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.421.421/0001-38, deu-se por entender que o objeto é considerado como hospedagem diretamente com a contratada, estabelecida no município, conforme item 4.3 e 5 do Termo de Referência, e não terceirizada em agendamento/hospedagem.

Tal entendimento decorre da leitura sistemática dos dispositivos constantes do **Termo de Referência – Anexo I do Edital**, notadamente dos itens **1.1.1, 1.4.1, 2.1, 2.3, 4.3.1, 4.6.1, 5.1.1.3, 5.1.3, 5.1.3.1, 5.3.1 e 5.5.2**, que definem o objeto e os parâmetros de execução contratual.

1.1.1. O presente processo licitatório tem por objeto a **contratação de serviços de hospedagem, no perímetro urbano do município de Itarana/ES**, destinada a atender servidores, profissionais e prestadores de serviços que, a qualquer título, devam atuar em atividades ou programas vinculados à Administração Pública Municipal.

1.4.1. O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de serviços comuns de hospedagem, por possuir padrões de desempenho e características usuais, encontradas no mercado hoteleiro local, conforme detalhado na justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar. O serviço atende às necessidades da Administração Pública Municipal de Itarana/ES de

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:b06ade4-299b-4630-bd45-174e3f6975e>
Documentos Nº 020973/2025





forma padronizada, eficiente e segura, **sendo de fácil execução por fornecedores especializados na prestação de hospedagem em apartamentos individuais, duplos e triplos.**

2.1. A partir da elaboração do Estudo Técnico Preliminar destinado a embasar a presente contratação, identificou-se que a solução mais adequada para atender à demanda da Administração Pública Municipal consiste na adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a **prestação de serviços de hospedagem, abrangendo apartamentos individuais, duplos e triplos no perímetro urbano de Itarana/ES.**

2.3. A definição do tipo de apartamento, quantidades estimadas, especificações técnicas, critérios de qualidade e padrão de serviços, bem como a justificativa da escolha da modalidade e a viabilidade da contratação por SRP, está detalhadamente apresentada no Estudo Técnico Preliminar. O estudo foi elaborado com base na análise das necessidades das Secretarias via IRP **e pesquisa de mercado local,** assegurando que os parâmetros estabelecidos atendam aos princípios da eficiência, economicidade, flexibilidade e adequação orçamentária.

4.3.1. DA CONTRATADA

- a) **Prestar os serviços de hospedagem de forma adequada,** atendendo às especificações contratuais, horários de check-in/check-out, diárias e demais condições previamente pactuadas, garantindo a efetividade, conforto e segurança dos hóspedes indicados pela Administração;
- b) (...);

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:b006ade4-299b-4630-bd45-174e3f6975e>
Documentos Nº 020973/2025



Pág. 1920

004079/2025



c) Responsabilizar-se integralmente pela qualidade e conformidade dos serviços prestados, incluindo infraestrutura do apartamento (frigobar, ar-condicionado, TV, telefone, banheiro privativo, café da manhã), segurança, limpeza e manutenção, e providenciar correções ou ajustes necessários sem qualquer ônus para a Administração;

d) Informar formalmente à Administração, por meio do Fiscal de Contrato, qualquer impedimento ou alteração na prestação dos serviços, incluindo indisponibilidade de apartamentos, problemas estruturais ou situações que possam comprometer a execução do serviço, indicando justificativa e eventuais soluções alternativas, sujeitas à avaliação e aceite da Administração;

e) (...);

f) (...);

g) Garantir que quaisquer elementos ou serviços adicionais solicitados pelo hóspede ou pela Contratada, que não estejam previstos no instrumento contratual, sejam de responsabilidade exclusiva do usuário ou contratante particular, não gerando ônus para a Administração;

h) Assegurar comunicação formal e tempestiva com o Fiscal de Contrato sobre quaisquer situações que possam alterar as condições integrais de prestação do serviço ou impactar a execução contratual, incluindo consumo de serviços adicionais ou modificações de infraestrutura;

i) Garantir acesso e utilização de infraestruturas habituais do hotel, como estacionamento, áreas comuns, serviços básicos de recepção, sem cobrança adicional ou alteração da diária pactuada;

j) Adotar boas práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, incluindo, quando aplicável, uso de embalagens e produtos ecológicos,

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:b06ade4-299b-4630-bd45-174e3f6975e>
Documentos Nº 020973/2025



Pág. 1921

004079/2025



gerenciamento adequado de resíduos e otimização da logística de serviços prestados;

k) A Contratada deverá informar à Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer impedimentos ou situações que possam comprometer a execução do serviço de hospedagem, incluindo indisponibilidade de apartamentos, falhas de infraestrutura ou problemas que afetem a prestação do serviço.

k.1) (...);

k.2) (...).

4.6. SUBCONTRATAÇÃO:

4.6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação.

5.1.1.3 As Ordens de Serviço terão caráter obrigatório para a execução do objeto, sendo emitidas no prazo mínimo de 5 (dois) dias úteis de antecedência, devendo **a contratada disponibilizar imediatamente a hospedagem nos termos solicitados**, sem possibilidade de recusa, salvo em casos de força maior devidamente justificados e aceitos pela Administração.

5.1.3 **Os serviços de hospedagem contratados deverão ser prestados exclusivamente em estabelecimentos dentro do município de Itarana/ES**, na zona urbana, considerando a finalidade da presente contratação. **Esta delimitação geográfica** visa atender com eficiência e celeridade ao público que atenderá à Administração Municipal, incluindo, mas não se limitando.

5.1.3.1. **A execução dentro da zona urbana do município** garante facilidade de deslocamento,

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:b06ade4-299b-4630-bd45-174e3f6975e>
Documentos Nº 0209/3/2025



Pág. 1922

004079/2025



segurança, supervisão administrativa e controle efetivo da prestação do serviço, permitindo que a Administração Municipal acompanhe de forma eficaz a execução contratual, assegurando pontualidade, qualidade e atendimento às necessidades específicas de cada ação.

5.3. INFRAESTRUTURA MÍNIMA E SERVIÇOS INCLUSOS

5.3.1. A contratada deverá assegurar que os apartamentos destinados à hospedagem de servidores, prestadores de serviço ou convidados oficiais disponham, no mínimo, de:

5.5.2. Manter atualizado o alvará de funcionamento expedido pelo Município de Itarana/ES, além do alvará sanitário emitido pela autoridade competente.

Dentre esses dispositivos, **destaca-se o item 4.6.1**, que dispõe de forma categórica:

"Não é admitida a subcontratação do objeto da contratação."

Tal cláusula reforça a exigência de que a execução ocorra **de forma direta**, por empresa que **possua estrutura própria de hospedagem**, devidamente estabelecida e licenciada no município, conforme exige o **item 5.5.2** (alvará de funcionamento e sanitário expedidos pelo Município de Itarana/ES).

Ressalta-se que o item **16.5.1** do Edital, invocado pela recorrente, não autoriza a subcontratação do objeto, tratando-se, na verdade, de previsão específica relativa ao **tratamento de dados pessoais** sob a ótica da **Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD**, sem qualquer relação com a execução dos serviços de hospedagem licitados.

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:b706ade4-299b-4630-bd45-174e3b975e>
Documentos Nº 020973/2025



Pág. 1923

004079/2025



III – CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS

Para fins de análise e distinção conceitual, registra-se que:

1. Objeto: Hospedagem em Estabelecimento Hoteleiro

- **Definição:** Serviço principal de alojamento remunerado, contratado diretamente com o hotel, envolvendo a disponibilização de acomodações e serviços acessórios.
- **Abrangência:** Inclui quarto, alimentação, limpeza, segurança, manutenção e demais facilidades correlatas.
- **CNAE:** 5510-8/01 (Hotéis) e 5510-8/02 (Apart-hotéis).

2. Objeto: Intermediação ou Terceirização de Hospedagem

- **Definição:** Relação contratual entre o hotel e empresa intermediária ou prestadora de serviços auxiliares (reservas, turismo, gestão de hospedagem).
- **Abrangência:** Não se confunde com o serviço de hospedagem em si, restringindo-se a atividades-meio.
- **CNAE:** 7990-2/00 (Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente).

Desse modo, **o objeto do certame é a contratação direta de serviços de hospedagem**, prestados por **estabelecimentos hoteleiros locais**, devidamente credenciados e regularizados, sendo **vedada a intermediação de empresas que não exerçam a atividade hoteleira como atividade-fim**.

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:b706ade4-299b-4630-bd45-174e3f6975e>
Documentos Nº 0209/3/2025



Pág. 1924

004079/2025



IV – ENCAMINHAMENTO

Diante de todo o exposto, **submete-se o presente processo à Comissão Permanente de Contratações (CPC)**, para que se manifeste tecnicamente quanto à **interpretação e ao enquadramento do objeto** do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, considerando o seguinte questionamento:

O objeto licitado corresponde à **contratação direta de serviços de hospedagem junto a estabelecimentos locais** (empresas do ramo hoteleiro situadas no Município de Itarana/ES), ou admite-se a **intermediação e/ou subcontratação por empresa não hoteleira**, com atuação em agenciamento ou reserva de hospedagem?

Solicita-se, se possível, **manifestação até o expediente matutino do dia 20/10/2025**, em observância ao disposto no **§2º, inciso II, do art. 165 da Lei nº 14.133/2021**, a fim de garantir a continuidade regular e tempestiva do procedimento licitatório.

Atenciosamente,

Assinado por MARCELO RIGO MAGNAGO
079 ***-**-**
MUNICÍPIO DE ITARANA
16/10/2025 21:47:07

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente de Contratação

Portaria nº 070/2025

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:b706ade4-299b-4630-bd45-174e3f6975e>
Documentos Nº 020973/2025

Quanto ao mérito do **objeto e subcontratação**, tratando-se de matéria de ordem técnica, a **Comissão Permanente de Contratações (CPC)**, assim se pronunciou:



Pág. 1925
004079/2025**CPC - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES****DESPACHO**

Ao Agente de Contratação – Setor de Licitação,

Após análise minuciosa do despacho encaminhado por este Setor de Licitações e do conjunto documental que instrui o Pregão Eletrônico nº 90016/2025, a Comissão de Planejamento das Contratações (CPC) manifesta-se tecnicamente acerca do questionamento formulado quanto à natureza do objeto licitado e à possibilidade de subcontratação de serviços de hospedagem por empresa que não detenha estrutura própria hoteleira estabelecida no Município de Itarana/ES.

Verifica-se, a partir da leitura sistemática do Edital e de seu Termo de Referência, que o objeto licitado corresponde à prestação direta de serviços de hospedagem, compreendendo o fornecimento de acomodações e serviços correlatos em estabelecimentos hoteleiros devidamente licenciados no perímetro urbano do município. Essa definição encontra respaldo expresso nos itens **1.1.1, 1.4.1, 2.1, 4.3.1, 5.1.3 e 5.5.2** do Termo de Referência, que delimitam a execução contratual a fornecedores que possuam infraestrutura própria, alvará de funcionamento e sanitário expedidos pelo órgão de fiscalização local.

O item **4.6.1** do Termo de Referência, de forma categórica, veda a subcontratação do objeto, assegurando que a execução seja realizada diretamente pela empresa contratada, com responsabilidade integral pela qualidade, segurança e adequação do serviço prestado. Tal vedação decorre da natureza do objeto, cujo desempenho depende da estrutura física e operacional da contratada, o que torna incompatível sua execução mediante intermediação ou repasse a terceiros.

Dessa forma, a tentativa de cumprimento contratual por meio de empresa interposta ou que tenha por atividade econômica o agenciamento, intermediação ou reserva de hospedagem **configura desvirtuamento do objeto licitado**, uma vez que tais atividades não se confundem com a prestação direta de serviços

Assinado digitalmente. Acesse: [https://www.itarana.es.gov.br/Chave: 577df4d0-f9d9-4564-ba6c-3c0925f6db3f](https://www.itarana.es.gov.br/Chave:577df4d0-f9d9-4564-ba6c-3c0925f6db3f)
Despacho Nº 017057/2025





hoteleiros, classificados sob o CNAE 5510-8/01 (Hotéis) e 5510-8/02 (Apart-hotéis). Empresas cujo enquadramento corresponda ao CNAE 7990-2/00 (Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente) exercem atividade-meio, e não atividade-fim hoteleira, sendo, portanto, incompatíveis com a natureza do objeto licitado. Assim, não se admite, sob nenhuma hipótese, a intercedência, subcontratação ou execução indireta do objeto por empresa não hoteleira, com atuação em agenciamento, reservas ou atividades correlatas, sob pena de afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e comprometimento do controle e da rastreabilidade da execução contratual pela Administração.

Ressalta-se, ainda, que a Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, caput, e art. 11, impõe observância estrita ao edital e à execução direta do objeto contratado, resguardando a integridade do procedimento licitatório e a conformidade com os parâmetros previamente definidos nos Estudos Técnicos Preliminares. O art. 121 do mesmo diploma reforça que a execução contratual deve ocorrer sob as condições estabelecidas, não se admitindo transferência de responsabilidades a terceiros quando tal prática comprometer a finalidade do ajuste.

Portanto, considerando a clareza dos dispositivos editalícios, a natureza do objeto licitado e os princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e eficiência administrativa, esta Comissão **ratifica integralmente o entendimento exposto pelo Agente de Contratação**, reconhecendo a inviabilidade de subcontratação e a não procedência da impugnação interposta pela empresa J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA.

Assim, a CPC manifesta-se favoravelmente à manutenção da decisão de inabilitação e à preservação dos parâmetros técnicos e jurídicos originalmente estabelecidos, garantindo a fiel execução do objeto e a observância dos princípios regentes da contratação pública.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente. Acesse: <https://www.itarana.es.gov.br/Chave:577d4d40-f9d9-4564-ba6c-3c0925f6cb3f>
Despacho Nº 017057/2025



Pág. 1927
004079/2025



Assinado por BRENO FIOROTTI MAURI 118.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
17/10/2025 09:12:48

BRENO FIOROTTI MAURI

Presidente da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER 009.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
17/10/2025 09:24:52

ALEX SANDER CASAGRANDE HANSTENREITER

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado por EMANUEL BERGER COAN 120.***.***.***
MUNICÍPIO DE ITARANA
17/10/2025 09:19:18

EMANUEL BERGER COAN

Membro da Comissão de Planejamento das Contratações

Portaria nº 1.494/2024

Assinado digitalmente. Acesse: [https://www.itarana.es.gov.br/Chave: 577d4d40-f9d9-4564-baac-3c092516db3f](https://www.itarana.es.gov.br/Chave:577d4d40-f9d9-4564-baac-3c092516db3f)
Despacho Nº 017057/2025

Diante da resposta da, ficou esclarecido que o objeto licitado corresponde à **contratação direta de serviços de hospedagem junto a estabelecimentos locais** (empresas do ramo hoteleiro situadas no Município de Itarana/ES), **NÃO** sendo admitida a **intermediação e/ou**



subcontratação por empresa não hoteleira, com atuação em agenciamento.

Noutro ponto, quero apenas de forma breve adentrar na questão que a empresa recorrente, coloca nos autos do seu recurso, contrato com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, para demonstrar sua capacidade técnica. Porém, friso, que a empresa não foi inabilitada por falta de atestado de capacidade técnica, mas, sim por não ser permitido a subcontratação e que a mesma não está apta para participar desse tipo de objeto.

Ao analisa o Edital do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, o objeto em questão é "Contratação de empresa especializada na prestação de **serviço de agenciamento de hospedagem em hotel**, com categoria mínima de 04 (quatro) estrelas, incluindo fornecimento de alimentação, sob demanda, para instrutores e palestrantes externos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.", qual não é o mesmo de Itarana/ES.

Bom de analisar o Edital do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, foi ainda, encontrar a clausula que vedada a subcontratação, vejamos:

"6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Anexo I (Termo de Referência) do Edital "

Nessa contratação com o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, não há problema para a recorrente, pois, é do ramo de agenciamento, diferente do Município de Itarana/ES, que é diretamente com a contratada (hotel).

Tanto no Edital do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e do Município de Itarana/ES, não há clausula que autorize a subcontratação, mas, sim clausula constante da LGPD que é padrão em diversos editais e, que somente de for permissivo deverá ser seguida.



Para que a subcontratação seja autorizada em contratos públicos, tanto o edital de licitação quanto o contrato devem conter uma cláusula expressa que a preveja e regule. Essa exigência se baseia na legislação de licitações, como a Lei nº 14.133/2021, e serve para garantir a transparência e a segurança jurídica do processo.

necessidade da cláusula e as condições para subcontratar dependem de diversos fatores definidos pela administração pública: **Previsão obrigatória, Limites e condições, Aprovação prévia, Avaliação do subcontratado, Proibição de subcontratação total e Vedação de vínculo.**

Em suma, a cláusula de subcontratação é obrigatória sempre que a administração pública decidir permitir que o contratado transfira parte da execução do objeto a terceiros.

A empresa enfatiza na numera 1 do item III, suposto “prejuízo à ordem pública” por haver ofertado “proposta mais vantajosa”, porém teria sido rejeitado o argumento da economicidade trazido pela mesma, visto que a legalidade deve prevalecer sobre vantagens econômicas, em atendimento ao art. 5º da Lei 14.133/2021:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



Embora a empresa tenha ofertado valores menores e que a economicidade também seja um objetivo da Administração, este perderá sua força quando se depara com desconformidades perante os ditames legais, incluindo as regras do Edital. Assim, o princípio da legalidade não poderia ser ferido apenas pela busca desmedida por baixos preços.

A vantajosidade econômica de uma proposta não pode ser considerada isoladamente, sendo necessário que a empresa cumpra todos os requisitos técnicos para garantir a igualdade de condições entre os licitantes.

Quando ainda se fala de direito isonômico, caso venha aceitar um objeto que não é o contido no edital, outras empresas deixaram de participar e apresentar propostas, assim, dá um tratamento desigual aos licitantes, prejudicando quem seguiu as regras.

A análise realizada pela Pregoeira e os argumentos expostos nos Relatórios técnico evidenciam que a inabilitação da empresa é legítima e segue os princípios da legalidade, da isonomia e da vinculação ao instrumento convocatório.

Considerando as razões expostas, baseado na reanálise deste pregoeiro **DECIDO**, manter a minha decisão proferida na Ata da Sessão do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, que declarou fracassado os Lotes/itens 01, 02, 03.

V - DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto e à luz dos princípios basilares da licitação pública, CONHEÇO O RECURSO e, no mérito, **JULGO IMPROCEDENTE** o recurso interposto por **J2BR COMÉRCIO, SERVIÇO, SAÚDE E ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 13.421.421/0001-38, nos termos da fundamentação supra, mantendo a minha decisão proferida na Ata da Sessão do Pregão Eletrônico nº 90016/2025, que declarou fracassado os Lotes/itens 01, 02, 03.



Assim, encaminhe-se os autos à autoridade superior para análise e decisão do Recurso Administrativo em pauta, em atendimento ao art. 165, § 2.º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Dê-se ciência do ora decidido aos interessados através do sistema compras.gov, bem como que seja publicada a presente decisão e documentos inerentes ao recurso no site eletrônico junto ao edital da licitação em epígrafe no endereço eletrônico <https://www.itarana.es.gov.br/filter/1471>

Assinado por MARCELO RIGO MAGNAGO 079.***.***.**
MUNICIPIO DE ITARANA
21/10/2025 16:15:06

MARCELO RIGO MAGNAGO

Agente Contratação

Portaria 070/2025

